

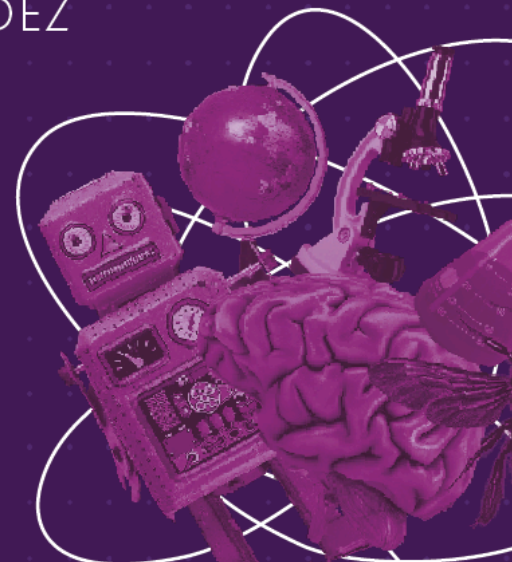
# A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA EM REDES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO DISTRITO FEDERAL

Professor orientador: Leonardo Cavalcante de Araújo  
Mello

Aluna: Bruna Neves Cavadas

PROGRAMA DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
PIC/CEUB

**RELATÓRIOS DE PESQUISA**  
VOLUME 10 Nº 1- JAN/DEZ  
**2024**



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB  
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**BRUNA NEVES CAVADAS**

**A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA EM REDES DE ACOLHIMENTO  
INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO DISTRITO FEDERAL**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pesquisa e Extensão.

Orientação: Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

**BRASÍLIA  
2025**

## RESUMO

O acolhimento institucional, enquanto serviço de proteção especial de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), propõe-se a garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida protetiva. Contudo, a vivência prolongada nas instituições, marcada por rupturas afetivas, inseguranças materiais e ausência de redes de apoio sólidas, desafia diretamente o desenvolvimento da autonomia dos acolhidos. Assim, buscou -se compreender, a partir da perspectiva de psicólogos atuantes em instituições do Distrito Federal, como se dá a construção da autonomia dos adolescentes acolhidos, explorando os fatores que favorecem ou dificultam esse processo. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, fundamentada na análise de conteúdo temática, conforme Bardin, e utilizou como instrumentos entrevistas semi estruturadas com psicólogos de duas casas de acolhimento e registros em diário de campo. Os resultados revelam que a construção da autonomia não se limita ao desenvolvimento de habilidades individuais, mas depende de condições estruturais, políticas e afetivas que deem sustentação ao processo. Conclui-se que a efetivação da autonomia de adolescentes acolhidos exige um compromisso intersetorial e contínuo, com escuta qualificada, planejamento gradual do desligamento e políticas públicas que assegurem a transição digna e segura para a vida adulta. A pesquisa contribui para a produção de conhecimento na área da psicologia social e da assistência social, valorizando o papel dos profissionais no enfrentamento das vulnerabilidades e na defesa dos direitos de jovens em situação de acolhimento.

**Palavras-chave:** acolhimento institucional; autonomia; jovens brasileiros.

## SUMÁRIO

### **1 Introdução** **4**

1.1 Justificativa

1.2 Objetivos

### **2 Fundamentação teórica**

2.1 Acolhimento Institucional no contexto brasileiro

2.2 A construção da autonomia

### **3 Método**

3.1 Sujeitos/locais/critérios de seleção

3.2 Instrumentos e procedimentos

3.3 Procedimentos de análise

### **4 Resultados e discussão**

4.1 O protagonismo do acolhido

4.2 A construção da autonomia como processo coletivo e personalizado

4.3. O desafio de partir e a segurança de ficar

### **5 Considerações finais**

### **REFERÊNCIAS**

**APÊNDICE A – Roteiro da entrevista semiestruturada**

**ANEXO A – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)**

**ANEXO B - Termo de Aceite Institucional e Infraestrutura**

**ANEXO C - Parecer Consubstanciado do CEP**

## 1 Introdução

O acolhimento Institucional é um dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 1993) de caráter provisório destinado a crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade, as quais são retiradas de seu ambiente familiar devido à incapacidade dos responsáveis em garantir a segurança e bem-estar destes. Embora seja uma medida emergencial e protetora, as casas de acolhimento visam proporcionar não apenas um abrigo temporário, mas também buscam garantir a promoção dos direitos fundamentais dos indivíduos, bem como seu desenvolvimento integral, contemplando aspectos como saúde, educação, segurança, lazer e autonomia (Brasil, 1990).

Na hipótese de se esgotarem todas as possibilidades de retorno ao ambiente familiar de origem ou de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, os acolhidos ficam sob tutela do Estado e viram candidatos para adoção. Entretanto, cabe ressaltar que o processo de adoção é complexo, burocrático e demorado. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estipula que o prazo máximo para efetivação da ação de adoção é de 120 dias, porém, a realidade nos mostra que o processo chega a ser prolongado durante anos. Estima-se que cerca de 3.000 jovens que deixam o abrigo a cada ano completam 18 anos e não são adotados (Mendes, 2020).

Essa permanência prolongada nas instituições pode impactar significativamente a construção da autonomia dos acolhidos. O desenvolvimento de habilidades de uma vida independente, essencial para uma transição bem sucedida à vida adulta, pode ser prejudicado em ambientes onde as decisões e as rotinas diárias são muitas vezes condicionais e gerenciadas pela instituição, os deixando reféns do sistema. Em adição, a falta de um ambiente familiar estável e o desafio de formar vínculos afetivos relevantes também podem afetar a autoestima e a capacidade de estabelecer relações sociais saudáveis, não sendo beneficiados de uma ou mais figuras de referência, que se constituam como orientadores construtivos na direção à independência bem-sucedida (Terrence e Williams, 2012). Como consequência de todo o processo supracitado, esses jovens têm mais propensão a desenvolver problemas de saúde mental e dificuldade em conceber sua autonomia.

Assim, à medida que se aproximam da maioridade civil, faz-se primordial a preparação dos jovens para uma vida adulta autônoma, uma vez que a política de acolhimento institucional limita-se apenas a crianças e adolescentes menores de 18 anos. No entanto, o sistema muitas vezes enfrenta limitações em fornecer o suporte necessário para essa transição, incluindo capacitação para o mercado de trabalho, apoio educacional contínuo e orientação para a vida independente. Essa lacuna entre as necessidades dos jovens e os recursos disponíveis nos abrigos pode resultar em dificuldades adicionais quando eles deixam o sistema de acolhimento, encontrando-se muitas vezes despreparados para enfrentar os desafios da vida adulta.

Portanto, enquanto o acolhimento institucional representa um refúgio crucial para muitos jovens em situações de vulnerabilidade, é imperativo que as políticas e práticas associadas a esses serviços sejam continuamente avaliadas e aprimoradas, envolvendo não apenas a proteção, mas também a promoção efetiva da autonomia, preparando esses indivíduos para uma transição bem sucedida para a vida fora da rede de acolhimento.

### **1.1. Justificativa**

Dado o cenário delineado, esta pesquisa se propôs a oferecer contribuições significativas para o meio acadêmico, ampliando e enriquecendo o conhecimento acerca do processo de construção de autonomia nas redes de acolhimento, explorando os desafios e possíveis soluções do contexto. Tal investigação justifica-se pela notória escassez de estudos brasileiros que se debruçaram sobre este tema específico. Além disso, ao direcionar o foco para os profissionais atuantes nas casas de acolhimento, tais como psicólogos e demais funcionários, este estudo visou valorizar e incorporar as perspectivas daqueles que interagem diariamente com as dinâmicas de acolhimento. O entendimento profundo de suas experiências e percepções é crucial para desvendar as complexidades e as necessidades particulares dos acolhidos.

Dessa forma, algumas perguntas norteadoras foram formuladas para desenvolvimento da pesquisa: Como se efetiva a promoção da autonomia de crianças e jovens nas redes de acolhimento? Quais políticas e estratégias são adotadas pelas instituições para fomentar o desenvolvimento de competências autônomas nesses jovens? E, de forma específica, qual é a contribuição dos psicólogos nesse processo? Para responder a estas indagações, adote-se uma metodologia de abordagem qualitativa.

O objetivo principal desta pesquisa foi compreender de maneira aprofundada a construção da autonomia e independência dos jovens residentes nas redes de acolhimento, mapeando as práticas existentes e identificando possíveis lacunas e áreas para disciplinas futuras.

## **1.2 Objetivos**

**1.2.1 Objetivo Geral:** Compreender como se dá a construção da autonomia e independência dos jovens que moram nas redes de acolhimento.

### **1.2.2. Objetivos Específicos**

- Fazer uma análise crítica das políticas públicas voltadas para a promoção da autonomia nas redes de acolhimento
- Compreender os programas implementados
- Mapear o papel do psicólogo na construção da autonomia

## **2. Fundamentação Teórica**

### **2.1 Acolhimento Institucional No Contexto Brasileiro**

No que tange às transformações políticas de cuidado às crianças e adolescentes, foi a partir da promulgação da Constituição de 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que foram instituídos marcos legais e conceituais importantes dirigidos a esse público. O resgate histórico acerca do tema apresenta uma perspectiva brasileira de cuidado que era orientada por medidas de exclusão e manutenção do controle social. Frente às consequências advindas do período de ditadura militar, a sociedade passou a reprová-las práticas repressivas adotadas até então e, assim, os avanços políticos sustentaram a promulgação da Constituição, a qual abriu espaço para a elaboração do ECA. Essas medidas buscavam assegurar a dignidade às crianças e adolescentes, as quais passaram a ser concebidas como sujeitos de direito (Gomes, 2021).

O ECA é composto por três sistemas de garantia de direitos: o Sistema Primário diz respeito às Políticas Públicas de Atendimento às crianças e adolescentes; o Sistema Secundário, abrange as Medidas de Proteção direcionadas às crianças e aos adolescentes em situação de risco pessoal ou social; e o (3) Sistema Terciário, que aborda as medidas

socioeducativas aplicáveis aos adolescentes em conflito com a lei. O acolhimento institucional integra os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e faz parte do Sistema Secundário de garantia de direitos do ECA. Dispõe que:

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (Lei 12.010, de 3 ago. 2009).

Assim, as crianças e jovens de até 18 anos em situação de vulnerabilidade são levados para as casas lares ou casas de acolhimento, onde, teoricamente, são asseguradas a integridade física e emocional dessas pessoas. Nos lares, os jovens permanecem aguardando a decisão judicial em relação ao seu retorno à família biológica ou, caso esse cenário não seja possível, ao encaminhamento para adoção (Lemos, Gechele e Andrade, 2017). O ECA define no artigo 92 nove princípios a serem seguidos por todas as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes:

- I - Preservação dos vínculos familiares;
- II - Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III - Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV - Desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V - Não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI - Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII - Participação na vida da comunidade local;
- VIII - Preparação gradativa para o desligamento;
- IX - Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Fazendo um recorte no cenário brasileiro, cidade alvo deste estudo, a pesquisa realizada por Reis (2009) mostrou que os 9 princípios do artigo 92 do ECA são apenas parcialmente cumpridos pelas instituições de abrigamento no DF. A tese identificou que a pobreza e suas consequências são o principal motivo de abrigo no Distrito Federal e no Brasil, atuando como um paliativo para os problemas decorrentes da ausência do Estado, mas sem garantir a eficácia dos direitos do público alvo.

No caso dos adolescentes que não tiveram seus vínculos familiares restabelecidos ou não foram encaminhados à uma família substituta, o desligamento

institucional é necessário com a maioria civil e as orientações metodológicas para tal são estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (Conanda, 2006; CNAS, 2008). As casas lares têm o dever de garantir um desligamento seguro e efetivo por meio de uma preparação gradativa e contínua, através de um processo de desinstitucionalização baseado na promoção da autonomia e na emancipação social, de consciência do eu enquanto protagonista da própria vida (Reis, 2009).

O serviço deve incluir o acesso a programas de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, bem como a formulação de parceria com as Casas Repúblicas. As repúblicas fazendo parte de um dos serviços socioassistenciais tipificados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e são descritos como “serviços de acolhimento institucional em Repúblicas voltado para jovens entre 18 e 21 anos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados que não possuam meios de auto sustentação, particularmente indicado para os que estão em processo de desligamento de abrigos, por terem completado a maioria, mas que ainda não tenham conquistado sua autonomia” (CNAS, 2009). No entanto, verifica-se que esse sistema não é eficaz e isso se deve, em parte, ao fato de que a maioria das cidades brasileiras não oferece essa modalidade de serviço, e também porque nem todos os jovens se enquadram no perfil requisitado pelas Repúblicas. Como consequência, muitos desses jovens encontram-se em uma condição de desamparo institucional, sendo obrigados a enfrentar uma vida de forma independente, sem o suporte do Estado e dos serviços socioassistenciais.

Em conclusão, o cenário reflete a urgência de políticas públicas mais robustas e integradas que transcendam a mera provisão de um abrigo e atuem na prevenção e no combate às causas subjacentes à vulnerabilidade social, visto que é incumbência do Estado garantir a proteção básica e especializada a toda a população (PNAS, 2004). Ao arquitetar e trabalhar em cima da redução da vulnerabilidade, conseqüentemente, se diminui os acolhimentos institucionais. O acolhimento deve ser compreendido como parte de uma rede de proteção mais ampla, que engloba a prevenção, a educação, a saúde, e o apoio social, mudando não apenas à manutenção das condições atuais, mas à promoção da autonomia e melhoria social.

## **2.2 A PROMOÇÃO DA AUTONOMIA**

O conceito de autonomia pode suscitar diferentes concepções e interpretações a depender do viés teórico. Para alguns autores, a autonomia pode ser compreendida

como a capacidade de um indivíduo em se sentir uma pessoa apta a construir e perspectivar a sua vida, com um senso de responsabilidade e valores, sem necessidade de aprovação ou de suprir as expectativas dos outros (Dias & Fontaine, 2001). Flemming (1993, citado em Vicente, 2009) descreve a autonomia como parte do processo de desenvolvimento, o qual envolve perdas e ganhos. Para Carvalho & Cruz (2015) o termo fundamenta seu sentido na ideia de autodeterminação pessoal. Há ainda alguns teóricos que se pautam na concepção cognitiva de autonomia, entendida como a habilidade de pensar de forma independente (Lee, Beckert e Goodrich, 2010; citado em Barbosa e Wagner, 2013). De todo modo, compreende-se que a autonomia engloba a independência, liberdade e autogestão/autossuficiência.

De forma aprofundada, pode-se compreender a autonomia a partir de três níveis: (1) emocional; (2) comportamental; (3) valores. A autonomia emocional pode ser entendida como a habilidade de interagir com o ambiente externo e gerenciar emoções e sentimentos próprios, resistindo às influências externas. A autonomia comportamental refere-se à realização de ações específicas, decorrentes das próprias decisões e da habilidade de executá-las sozinho. Por sua vez, a autonomia de valores é descrita como a capacidade de pensar de forma autônoma e independente, alinhada com o sistema de crenças pessoais (Steinberg, 1999; citado em Cancujo, 2023).

É importante considerar que os estudos evidenciam que a autonomia aumenta com a idade e é maior em níveis socioeconômicos superiores. Esse dado é especialmente significativo nas instituições de acolhimento, pois os jovens ali presentes enfrentam barreiras adicionais ao desenvolvimento da autonomia. Essas barreiras não se limitam às condições socioeconômicas desfavoráveis, mas incluem também experiências de vida adversas anteriores ao acolhimento. Muitas dessas crianças e adolescentes foram afastadas de suas famílias de origem devido a situações de negligência, violência ou abandono, o que pode impactar diretamente sua capacidade de tomar decisões e desenvolver habilidades para a vida independente.

A necessidade de acolhimento muitas vezes impõe uma ruptura abrupta no desenvolvimento de suas competências sociais, emocionais e educacionais, tornando essencial a implementação de estratégias específicas para o fortalecimento da autonomia. É de suma importância que tais estratégias sejam implementadas desde a chegada dos jovens às casas de acolhimento. É fundamental que eles sejam informados sobre seus direitos e responsabilidades, levando-se em conta suas limitações individuais. Planos e projetos devem ser co-criados com os jovens, envolvendo os

profissionais da educação e familiares, sempre visando o bem-estar e a garantia de direitos (Reis, 2009).

Nesse sentido, o Plano Individual de Atendimento (PIA) desempenha um papel crucial, pois é um instrumento técnico elaborado para cada criança e adolescente acolhido, visando garantir um acompanhamento sistemático e individualizado. O PIA deve conter metas e estratégias específicas para promover o desenvolvimento integral do jovem, incluindo ações para o fortalecimento da autonomia, participação social e preparação para a vida adulta. Conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o PIA é obrigatório e deve ser elaborado imediatamente após o acolhimento, garantindo que cada jovem receba a atenção necessária para sua reinserção social e fortalecimento das competências pessoais.

Entretanto, a efetivação dessas e outras práticas enfrenta diversos obstáculos como: a falta de infraestrutura adequada, preparo e orientação dos profissionais. Esse desafio se torna ainda mais crítico para jovens próximos dos 18 anos, que se preparam para deixar o acolhimento. A transição deveria ocorrer de maneira gradual, porém, frequentemente, isso não acontece. Dados alarmantes de uma pesquisa da National Conference of State Legislatures (2020) revelam que mais de 50% dos jovens que saem do abrigo estão desempregados, 1 em cada 4 estava envolvido no sistema de justiça criminal, após 2 anos de deixar o acompanhamento; 30% dos jovens aos 21 anos relataram envolvimento com a justiça criminal; aos 26 anos, a maioria das mulheres jovens haviam sido presas; e quase 80% das mulheres jovens engravidaram, ilustrando as graves consequências da falta de promoção da autonomia.

Essa carência de atuação no desenvolvimento da independências pode levar a inadaptção social, delinqüência, dependência de ajudas dos serviços sociais (Pires, 2011). Ademais, estudos nacionais apontam que crianças e adolescentes em acolhimento tendem a apresentar comportamentos problemáticos, tais como dificuldades em lidar com frustrações, problemas de relacionamento, depressão, ansiedade, e baixo desempenho escolar (Alberto, 1999; Cóias, 1995; Formosinho et al., 2002; Strecht, 2000; Vilaverde, 2000, citado em Carneiro, 2005).

Dessa forma, enfatiza-se a necessidade de se fortalecer a autonomia dentro dessas instituições. Pesquisadores identificaram 22 dimensões essenciais para uma vida autônoma e independente, evidenciando áreas específicas para capacitação (Cancujo, 2023).

No Distrito Federal, o Grupo Aconchego, com apoio do CDCA/DF, lançou o Projeto Identidade Promoção da Autonomia e Construção de Projeto de Vida (PIPA), focado no desenvolvimento de competências dos adolescentes em acolhimento. O Aconchego é reconhecido como referência em Brasília e conta com grande projeção nacional na criação de tecnologias sociais com vistas à garantia do direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, por meio de ações de intervenção com potencial para a transformação social e cultural (Silva, s.d. blog Aconchego) Porém faltam iniciativas do governo, que são os reais responsáveis, de promover a autonomia dentro da instituição.

Tendo em vista as questões supracitadas, observa-se que o papel do psicólogo nas redes de acolhimento é fundamental na promoção da autonomia dos sujeitos. Esse profissional atua não apenas no suporte emocional e psicológico individual, mas também na criação de ambientes que favoreçam o desenvolvimento autônomo. Isso inclui a implementação de práticas que valorizem a participação ativa dos jovens em decisões que afetam suas vidas, o encorajamento para que explorem suas identidades, valores e interesses, além do suporte na superação de traumas e na construção de uma visão de futuro positiva. Além disso, o psicólogo pode atuar diretamente na elaboração e monitoramento do PIA, garantindo que ele seja construído de forma participativa, levando em conta as necessidades emocionais, sociais e educacionais dos adolescentes acolhidos. Dessa forma, o profissional atua como um instrumento de transformação, contribuindo para um cenário positivo para que os jovens saiam do acolhimento mais preparados para enfrentar os desafios da vida adulta.

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia proposta para o estudo foi definida como básica, qualitativa e exploratória, a qual envolve a geração de novos conhecimentos para o avanço da ciência sem uma aplicação prática imediata. A pesquisa básica, neste contexto, é essencial para desenvolver um entendimento teórico mais profundo que possa, eventualmente, orientar futuras aplicações práticas. A abordagem qualitativa, conforme descrita por Minayo (2014), é adequada para investigar a complexidade das experiências humanas, suas relações, conceitos, percepções e opiniões, permitindo uma compreensão aprofundada das dinâmicas subjacentes que moldam a construção da autonomia em ambientes de acolhimento. Este enfoque baseia-se na empiria e na sistematização progressiva do conhecimento, como aponta Turato (2005), buscando compreender a lógica interna dos

grupos ou do objeto de investigação. O aspecto exploratório da pesquisa, conforme ilustrado por Piovesan e Temporini (1995), facilita a exploração do problema de estudo, revelando aspectos anteriormente ocultos da realidade e fornecendo informações úteis para uma compreensão mais precisa do específico investigado

Seguindo o Ciclo de Pesquisa descrito por Minayo (2009), a metodologia foi dividida em três etapas fundamentais: (1) uma fase exploratória, que abrangeu o desenvolvimento do projeto de pesquisa e a preparação para a entrada no campo; (2) a análise de campo, onde ocorreu a interação direta com o ambiente de estudo, permitindo a confirmação, refutação ou reformulação das hipóteses iniciais; e (3) a análise e tratamento do material empírico e documental, integrando os dados encontrados com as teorias que fundamentaram o estudo.

### **3.1 SUJEITOS/ LOCAIS/ CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

Foram selecionadas 2 Casas de Acolhimento do Distrito Federal para participar da pesquisa. A seleção foi feita por conveniência, de acordo com disposição das instituições. Uma das entrevistas foi feita com um psicólogo da instituição selecionada e foi conduzida presencialmente na sede da Casa de Acolhimento. A outra foi realizada também com um psicólogo da casa e foi conduzida de forma virtual, via Google Meet, com data e horário previamente combinados.

### **3.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS**

Os instrumentos utilizados incluíram: entrevistas semiestruturadas e diários de campo. As entrevistas semiestruturadas, seguindo a abordagem de Trivinos (1987), permitem flexibilidade, possibilitando um diálogo rico e dinâmico entre pesquisador e participante, fundamentado em um roteiro pré-estabelecido que pode ser adaptado conforme a necessidade. Esta técnica é particularmente eficaz para explorar em profundidade as percepções e experiências dos sujeitos em relação à autonomia nas redes de acolhimento. Por sua vez, o diário de campo serve como um registro contínuo das observações, reflexões e decisões tomadas durante o processo de pesquisa, desde o planejamento inicial até a conclusão do estudo (Araújo et al., 2013).

Quanto aos procedimentos, o estudo seguiu um cronograma bem definido ao longo de 12 meses, iniciando em agosto de 2024 e concluindo em setembro de 2025 (Tabela 1). Em relação aos aspectos éticos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa do UniCEUB (CEP UniCEUB), CAAE 83544924.2.0000.0023, em conformidade com a resolução nº466 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo o

cumprimento dos preceitos éticos e legais em pesquisas com seres humanos. Além disso, foi fundamental obter o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da participante, garantindo a transparência, a compreensão dos procedimentos, os direitos do participante e a autorização voluntária para participação no estudo.

### **3.3. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE**

Utilizou-se a análise de conteúdo temática como metodologia de análise dos dados. Esse processo consiste em “descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 1977, p. 105). Os núcleos de sentido são compreendidos como uma unidade de significação no conjunto de uma comunicação, ou seja, ideias-eixo em torno das quais giram outras ideias. Esta técnica permite a inferência de conhecimentos relacionados à produção/recepção de conteúdos, fundamentando-se em um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos de análise do levantamento de dados.

A análise percorreu os seguintes passos: (1) leitura inicial para compreensão global do material; (2) identificação das unidades de significado que emergiram das falas dos participantes; (3) comparação das diferentes unidades de significado entre os entrevistados; (4) descoberta de núcleos de sentido (5) interpretação e discussão dos núcleos de sentido encontrados.

## **4. RESULTADO E DISCUSSÃO**

Nesta sessão, pretende-se expor os resultados e discussões obtidos a partir das entrevistas com os psicólogos das Instituições, bem como do diário de campo. As entrevistas foram realizadas de forma presencial e online, gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra com o intuito de preservar a fidelidade das narrativas dos participantes. Após uma análise minuciosa, foi feita uma seleção dos conjuntos de comunicação a serem analisados, retirando do corpus as narrativas que não contribuem para os objetivos desta pesquisa. Dessa forma, esse material textual constituiu a base empírica da pesquisa e, como resultado do processo analítico, emergiram três categorias temáticas centrais: (1) O cotidiano como ferramenta de autonomia; (2) A construção da autonomia como processo coletivo; (3) O desafio de partir e a segurança de ficar (Tabela 1).

<b>Categoria</b>	<b>Unidade de Registro</b>	<b>Unidade de Contexto</b>
O protagonismo do acolhido	“...eu insisto em fazer esse trabalho, de incluir eles em todo o processo.”	“Na verdade, assim, a gente também tem esse olhar, qualquer que seja a idade, desde que tenha entendimento, né, eu insisto em fazer esse trabalho, de incluir eles em todo o processo.”
A construção da autonomia como processo coletivo e personalizado	“...então a gente sempre busca na rede, pensando sempre de forma individual para o que aquela pessoa precisa.”	“A gente trabalha muito com parcerias, porque a instituição acaba que não tem recursos para dar conta de tudo, principalmente, de demandas específicas, então a gente sempre busca na rede, pensando sempre de forma individual para o que aquela pessoa precisa.”
O desafio de partir e a segurança de ficar	“[...] porque é um desejo muito grande de também sair desse lugar, né, porém, existe toda uma insegurança [...]”	“Ah, é um misto de sentimentos, né, de tudo, assim, porque é um desejo muito grande de também sair desse lugar, né, porém, existe toda uma insegurança, porque até aqui esse lugar foi a zona de conforto deles, foi um porto seguro, né, então é um misto de sentimentos.”

*Tabela 1. Categorias temáticas.*

Na conversa, os profissionais relataram o dia a dia dentro da instituição de acolhimento, as atividades propostas pela equipe, a aplicação das políticas para os acolhidos, a articulação com a rede, bem como os desafios enfrentados nesse processo. Com o intuito de manter o sigilo e preservar a identidade dos participantes e das instituições foram adotados codinomes. A escolha dos nomes foi inspirada na mitologia grega (Tabela 2).

<b>Instituição</b>	<b>Codiname da Instituição</b>	<b>Codiname do entrevistado</b>
Instituição 1	Casa Olimpo	Orfeu
Instituição 2	Casa Gaia	Atena

*Tabela 2. Codinomes dos participantes*

#### **4.1 O PROTAGONISMO DO ACOLHIDO**

Por mais que, idealmente, o Acolhimento Institucional seja uma medida emergencial, temporária e protetora, compreende-se que a permanência das crianças e jovens em contexto residencial pode durar longos períodos. Dessa forma, é essencial que a instituição se assemelhe, o máximo possível, com um ambiente familiar acolhedor e protetor e que garanta os direitos, a segurança, o desenvolvimento pessoal e a construção da identidade e da autonomia dos acolhidos (Del Valle & Zurita, 2000, cit. por Oliveira, 2019). Orfeu comentou na entrevista que, o melhor lugar para se construir a autonomia é dentro da própria casa. Mesmo que tenham conflitos e questões de vulnerabilidade, tais entraves devem ser trabalhados primeiramente dentro do ambiente familiar e de forma sistêmica, implicando todos os membros da família e articulando com a rede para promover um espaço de diálogo e gestão de conflitos. Ele conta que esse movimento tem se mostrado como um desafio muito grande no sistema sócio-assistencial, uma vez que, hoje em dia, muitos jovens têm sido direcionados para instituições de acolhimento por questões de conflitos familiares e não pode violação de direitos.

E eu deixo isso bem claro, que a medida de acolhimento deveria, em questões políticas e do planejamento do trabalho realizado, ser a última alternativa, a última instância ali, de suporte na assistência social. E o que a gente vê hoje, é que não tem acontecido assim. (Orfeu, Casa Olimpo).

Dessa forma, muitos jovens estão saindo do ambiente familiar e sendo institucionalizados de forma precoce, dificultando a construção da autonomia dessas pessoas, uma vez que eles se veem em um espaço dotado de limitações. Em soma, quando os jovens entram no sistema de acolhimento, muitas vezes passam por várias mudanças de instituições, de escolas, de locais de assistência e isso cria uma fragmentação no processo de construção da autonomia, que deveria ser feita de forma gradativa e continuada.

Pensando nisso, o acolhimento deve ser personalizado, respeitando as particularidades de cada jovem e sustentando sua singularidade. Além de proporcionar um ambiente seguro, a atuação deve estar focada na construção e concretização do projeto de vida de cada acolhido, garantindo suporte para sua autonomia e proteção contra situações de vulnerabilidade (Lourenço, 2014). Assim, desde a chegada à casa, esse processo deve ser iniciado de maneira estruturada e em conjunto com o acolhido, considerando as expectativas, habilidades e desafios de cada jovem. Para tal, planos e projetos devem ser implementados com os jovens, visando o bem-estar e a garantia de direitos (Reis, 2009). É nesse momento de entrada na Instituição que é feito o Plano Individual de Atendimento (PIA), o instrumento previsto pelo ECA que visa garantir a reinserção social e o fortalecimento das competências pessoais (MDS, 2018). Atena e Orfeu apontaram que utilizam deste instrumento toda vez que surge um novo acolhido e que, sempre que possível, incluem as crianças e os jovens no momento de criação do documento. Atena comentou que a co-criação do material só não é possível quando chegam crianças com pouca idade ou pessoas com alguma condição médica ou mental que dificultam a sua participação e colaboração na elaboração do PIA.

Eles estão sempre muito incluídos nesse processo. Na verdade, assim, a gente também tem esse olhar, qualquer que seja a idade, desde que tenha entendimento, né, eu insisto em fazer esse trabalho, de incluir eles em todo o processo [...] então o tempo todo a gente inclui nesse processo que é deles, né, direito deles, e com os adolescentes não tem como ser diferente. Então o PIA é aprendido junto com eles, eles vêm, eles trazem o que eles gostam, o que que eles pensam, quais são os planos, tudo isso é feito em conjunto. (Atena, Casa Gaia)

A gente fala muito sobre isso, né? Da construção do PIA como processo individual de cada um. Todas as vezes, a gente tem esses atendimentos mais individuais. Cada um ver quais estão sendo as demandas [...] então tem o espaço deles, né? (Orfeu, Casa Olimpo)

Os participantes ainda comentaram que as intervenções pensando na promoção do desenvolvimento pessoal e construção da autonomia ocorrem predominantemente em situações do cotidiano e vão sendo ampliadas à medida que os acolhidos vão ficando mais velhos. Desde pequenos, os acolhidos são estimulados a serem independentes, tendo responsabilidade sobre a limpeza dos quartos, a escolha das roupas, a arrumação dos brinquedos e dos objetos pessoais. Toda criança tem sua cama individual, seu espaço pessoal para guarda dos próprios pertences, objetos seus de higiene (como shampoos, sabonetes, pasta e escova dental, creme de cabelo...) assim como tem suas próprias roupas.

A gente, claro, que divide ele por grupo de idades, mas a gente sempre está tendo esse olhar, assim, para que eles tenham essa autonomia, né, e que isso vá sendo construído diariamente, assim, seja no cuidado com as coisinhas deles, na organização de uma coisa ou outra, e aí, quando o tempo vai passando, a gente vai direcionando conforme as idades, né? (Atena, Casa Gaia)

A partir de uma certa idade, a gente já vai dando mais responsabilidades pra eles, coloca na cozinha, junto com as mães sociais. (Orfeu, Casa Olimpo)

Tem escala de limpeza do quarto, do banheiro, de quem é a louça, já tem toda essa estruturação para eles sempre entenderem que tem que cuidar do espaço que você está morando [...] e é um processo de aprendizagem para quando forem morar sozinhos, e isso já acontece desde sempre na Casa. (Orfeu, Casa Olimpo)

Segundo Carvalho e Cruz (2015), a autonomia deve ser entendida a partir de uma visão ampla da educação, englobando tanto abordagens formais quanto informais em que se reivindica cada vez mais envolvimento durante o processo. Assim, as responsabilidades são construídas e reconstruídas pelos jovens com o passar do tempo e a ampliação do acesso a oportunidades reais de desenvolvimento vai sendo cada vez mais necessária.

À medida que os acolhidos avançam em idade, gradualmente conquistam mais autonomia, bem como novas responsabilidades. Esse processo de transição é marcado pela ampliação de seus direitos dentro da instituição, permitindo-lhes experiências que favorecem o desenvolvimento da independência, como a possibilidade de sair para encontrar amigos, participar de atividades de lazer, ingressar no mercado de trabalho ou frequentar cursos profissionalizantes. Além disso, passam a usufruir dos espaços da casa com maior liberdade. No entanto, passam a contribuir mais com a organização da Casa, ajudando no cuidado dos mais novos.

Como exposto pela Atena, essa ampliação da autonomia deve respeitar a rotina e as regras institucionais, a qual possui uma estrutura que busca assegurar o funcionamento adequado da Casa Gaia e a proteção dos acolhidos. Dessa forma, a conquista da independência ocorre de maneira equilibrada, respeitando tanto as necessidades individuais quanto as diretrizes que garantem a segurança e o bem-estar coletivo.

Ela (*a confiança*) é construída ao longo do tempo. Então, assim elas podem (*sair*), elas chegam, elas falam “tia, hoje eu queria encontrar minha colega da escola ali numa lanchonete”. E aí assim a gente sempre conversa, pede pra passar o contato dessa pessoa com quem você vai estar, que a gente não sabe né, hoje em dia é tudo tão perigoso [...] Aí elas passam, ó, eu vou estar com fulano aqui, telefone dela, e a gente sempre combina o horário, essa comunicação precisa existir, mas elas podem, né. (Atena, Casa Gaia)

A construção da confiança é um elemento fundamental para o desenvolvimento pessoal e social. Os cuidadores (mães sociais), a equipe ou até mesmo os padrinhos e madrinhas surgem como figuras de referência para os acolhidos. A função “mãe social” foi estabelecida pela lei nº 7.644 de 1987 que Dispõe sobre a Regulamentação da Atividade de Mãe Social e dá outras Providências, em que determina que a profissional deve “propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados; administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ela pertinentes; dedicar-se, com exclusividade, aos menores e a casa lar que lhes forem confiados” (BRASIL, 1987). Na Casa Gaia, cada casa possui uma mãe social, a qual fica sob a responsabilidade de, no máximo, 10 crianças ou adolescentes. Na Casa Olimpo é feita uma escala de trabalho entre as mães sociais. No total, a Casa Olimpo possui 23 mães sociais que se revezam entre as unidades e os turnos.

O apadrinhamento é um programa de acolhimento institucional ou familiar que foi promulgado em 2017 pela lei nº13.509. A oficialização desse dispositivo objetiva “estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro” (BRASIL, 2017, Art 19-B §-1).

A relação dos acolhidos com as mães sociais, com os padrinhos e até com a equipe de forma geral, propicia a construção e o fortalecimento de vínculos e referências afetivas, favorecendo o sentimento de pertencimento e de segurança emocional às crianças. Além disso, Cruz et al. (2016) apontou que o contato dos jovens com essas pessoas de confiança contribuem para um comportamento de tomada de decisão de forma mais participativa e proativa, proporcionando o desenvolvimento da autonomia.

#### **4.2 A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA COMO PROCESSO COLETIVO E PERSONALIZADO**

A autonomia se revela como um processo dual, pois carrega em si duas dimensões: a dimensão normativa e prática. Do ponto de vista conceitual, a autonomia está relacionada com a capacidade do indivíduo em tomar decisões por conta própria, agir com base nos valores individuais e conduzir sua vida de forma livre e independente (Pappámikail, 2010). Essa noção se ancora na ideia de que a autonomia é uma meta de

desenvolvimento humano, a qual, ao alcançar a maturidade, conquista a autonomia, quase como um valor absoluto e desejável, carregando uma visão normativa do que “deveria ser”. Entretanto, quando se adentra no campo da realidade vivida, especificamente se considerarmos os contextos de vulnerabilidade, a noção de autonomia encontra alguns entraves sociais importantes. É preciso levar em consideração que os indivíduos não partem das mesmas condições para desenvolver sua autonomia, além disso, o processo de se tornar independente depende de vínculos, estruturas de apoio e referências de valor, o que pode ser um desafio para pessoas institucionalizadas (Carvalho & Cruz, 2015).

Muitas vezes, o que é esperado como autonomia vira um processo de desresponsabilização social, como se ao completar 18 anos, o indivíduo “devesse” já estar pronto para o mundo, o que é ilusório em muitos casos. Assim, na prática, autonomia não é uma conquista individual pura, mas um processo relacional, gradual e profundamente influenciado pelo contexto social, político e afetivo. De um lado, espera-se que o jovem acolhido seja autônomo, independente, capaz de gerir sua própria vida; de outro, não se oferecem as condições reais (acesso à educação, saúde mental, estabilidade emocional, vínculos de apoio) para que essa autonomia seja construída de forma segura (Carvalho & Cruz, 2015). Ou seja, o conceito de autonomia oscila entre um ideal normativo e uma realidade precária, especialmente para aqueles em situação de acolhimento, o que torna essa tarefa ainda mais difícil e complexa para esses sujeitos. Essas questões ficaram evidentes a entrevista Orfeu:

Quando a gente fala justamente do processo de construção da autonomia, depende muito da realidade que eles veem, na maioria das vezes, não teve dentro desse processo de construção da autonomia, a elaboração de limites. [...] e não é, de forma nenhuma, desresponsabilizando o adolescente, mas sim, corresponsabilizando ele, porque sim, ele está implicado, só que vem de uma estrutura familiar ou da rede que não deu esse ensinamento para eles. (Orfeu, Casa Olimpo).

A fala do participante reforça essa ideia de que a autonomia é construída socialmente e individualmente. Orfeu também apontou que, na Casa Olimpo, eles compreendem que autonomia não é só sinônimo de responsabilidade e limites, mas uma noção que engloba toda essa complexidade do que é ser adulto e que esse processo é adquirido a medida em que convivemos com a família, a escola, e os núcleos sociais. Porém, em sua fala, Orfeu trouxe uma reflexão importante:

Você é cortado do seu convívio familiar, você começa uma série de pulos, pulos para outras instituições, aí entra em uma escola nova, aí começa contato com uma rede de atendimento nova, aí você briga com alguém e é transferido e esse processo se reinicia de novo e assim você vai pulando de anos e anos e você nunca tem essa linearidade do ir se tornando adulto e amadurecendo. (Orfeu, Casa Olimpo)

Para minimizar esses efeitos, o processo de construção e promoção da autonomia deve ser feito de forma gradual e continuada, a qual se inicia desde a chegada do acolhido até o momento de partida, quando completa a maioridade civil e caso a pessoa não seja adotada ou reinserido em sua família de origem. Dessa forma, cabe pensar nos mecanismos e variáveis para alcançar a independência. A autonomia, enquanto construção multidimensional, manifesta-se em pelo menos 22 dimensões (Allen & Williams, 2012; Georgiades, 2005; Del Valle & Quintanal, 2006; Lopes et al., 2006; Peixoto et al., 2009, retirado de Cancujo, 2009), abrangendo desde competências cognitivas até aspectos emocionais e relacionais (Figura 1). Longe de ser um conceito restrito à autossuficiência, sua promoção exige um olhar sensível e interseccional, capaz de reconhecer as singularidades de cada indivíduo e os contextos nos quais está inserido. Ademais, uma das questões mais importantes para a efetividade das medidas de promoção da autonomia se dá na implicação dos jovens como atores sociais da própria vida, compreendendo seu papel social enquanto membro de uma sociedade dotados de direitos e responsabilidades (Carvalho, 2015).

**Figura 1.** Dimensões para a vida independente e autônoma

Habilidades cognitivas	Planeamento educacional	Conhecimento dos recursos da comunidade	Atividades de lazer e desporto
Gestão financeira /Consciencialização do consumidor	Habitação	Habilidades pessoais	Religião/Espiritualidade
Gestão da alimentação/ Nutrição	Aparência e higiene pessoal	Habilidades interpessoais e sociais	Planeamento e projeção do Futuro
Saúde	Serviços de limpeza domésticos	Habilidades legais	Recursos de aconselhamento psicoterapêuticos
Emprego	Transporte	Retaguarda e apoio social	(...)
Habilidade de manutenção no trabalho	Habilidades de emergência e segurança	Família	----

Fonte: Cancujo, 2023

Pela narrativa dos entrevistados, foi possível observar que as instituições buscam atuar em consonância com os princípios intitulados em cada uma dessas dimensões,

reconhecendo-os, valorizando-os e trabalhando com uma estrutura dinâmica e coletiva, onde diferentes agentes – assistentes sociais, psicólogos, parceiros institucionais e os próprios acolhidos – participam ativamente desse percurso. Assim, a articulação com a rede surge não apenas como um suporte externo, mas como um elo necessário e indispensável que busca ampliar a atuação e a efetivação das ações propostas, contribuindo para o desenvolvimento dos acolhidos.

A gente sempre procura inserir eles em cursos, né? Quando a gente tem essa disponibilidade da rede, porque a gente trabalha muito em parcerias, com voluntários, porque a instituição acaba que não tem recursos para pagar cursos então a gente sempre busca na rede. (Atena, Casa Gaia)

Se eles não tiverem vinculados a esse rede, que é ali, rede de saúde, CAPSi, posto médico da região de referência deles ou também né, se não tiverem vínculo familiar, uma rede administrativa, se forem sozinhos e não tiverem ninguém pra dar esse apoio, a gente procura auxílio pra eles em toda a rede disponível. (Orfeu, Casa Olimpo)

Como cumprimento das obrigações previstas no ECA e como uma medida de promoção das *habilidades cognitivas, planejamento educacional e transporte*, as casas de acolhimento devem assegurar a frequência regular dos acolhidos nas instituições escolares e promover seu pleno acesso à educação formal e continuada (BRASIL, 1990). Nesse sentido, as instituições participantes buscam garantir, por meio de recursos próprios como transporte institucional exclusivo, o acesso regular e contínuo dos jovens acolhidos às escolas, garantindo assim não somente o direito básico à educação, mas também promovendo um ambiente favorável ao desenvolvimento de competências sociais, cognitivas e acadêmicas fundamentais para uma vida independente e autônoma (Lemos, Gechele & Andrade, 2017). Uma estratégia de parceria interessante adotada pela Casa Olimpo é a parceria com ex-egressos da instituição. Orfeu comentou que alguns acolhidos que já saíram da Casa e hoje possuem uma boa condição financeira, se oferecem para pagar a faculdade dos jovens acolhidos, quando eles saírem da instituição.

Destaca-se o papel das Casas no processo formativo para o ingresso no mercado de trabalho, que constitui um elemento essencial para a promoção da autonomia e do

protagonismo dos jovens. Nesse contexto, evidencia-se que a instituição atua de maneira colaborativa com organizações parceiras especializadas em capacitação e inclusão profissional. Assim, proporcionam aos adolescentes cursos profissionalizantes e acesso a programas de jovens aprendizes, objetivando o desenvolvimento de competências técnicas e interpessoais necessárias à manutenção do emprego e adaptação ao mercado.

A gente tem uma parceria muito bacana com essas instituições que oferece o primeiro emprego, então, quando o nosso adolescente completa 14 anos, a gente já começa uma busca pelo primeiro emprego, porque, assim, esses projetos, eles acabam que tem um dia que é só curso, que é teórico então também é um curso profissionalizante [...] trabalha muito isso mesmo, essa capacitação de como se comportar no local de trabalho. (Atena, Casa Gaia)

A gente tenta né, muitas vezes ali, do momento que dá, colocar eles no jovem aprendiz, para começar a juntar dinheiro para eles conseguirem ter dinheiro para quando saírem. (Orfeu, Casa Olimpo)

Essas intervenções, coerentes com as recomendações estabelecidas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006), consideram o mercado de trabalho não apenas como fonte de renda, mas também como um contexto privilegiado para desenvolvimento pessoal e fortalecimento da identidade social e profissional do jovem acolhido. Os adolescentes recebem orientação prática e direcionada sobre a elaboração de currículos, preparação para entrevistas de emprego, além de instruções sobre gestão financeira pessoal, planejamento econômico e organização de despesas cotidianas. Uma questão importante é que as Casas buscam a participação colaborativa e implicada dos acolhidos. Orfeu comentou que os jovens são co-responsáveis neste processo, sendo estimulados a procurarem cursos profissionalizantes por conta própria. Caso eles tenham alguma área de interesse em particular, os jovens buscam as informações necessárias para a inscrição em cursos e a Casa oferece os recursos para tornar possível, pois “eles precisam entender que eles têm que participar desses processo, das atividades que eles vão fazer que é de interesse deles, sabe?”. É essencial promover oportunidades para a participação ativa na vida social para que os acolhidos sejam capazes de incorporar um sentido de responsabilidade coletiva (Rizzini, Pereira & Thapliyal, 2008).

Segundo Cancujo (2023) essas habilidades constituem importantes marcadores na dimensão prática da autonomia, contribuindo de forma decisiva para a inserção socioeconômica segura e sustentável após o desligamento institucional. Essas medidas, além de cumprir as diretrizes legais e socioassistenciais, fortalecem a emancipação dos

jovens acolhidos e minimizam os riscos potenciais associados à transição abrupta da vida institucionalizada para a vida adulta independente. Entretanto, Raymond (1999) ressalta que ter emprego ou estar em formação não significa que o jovem adquiriu sua autonomia, isso porque existe uma grande diferença entre ter acesso a melhores condições materiais e ser capaz de orientar sua vida no sentido de uma conformidade social (Carvalho & Cruz, 2015).

Como cumprimento das determinações estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como das políticas públicas de proteção social especial previstas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é imprescindível a promoção integral da saúde e do bem-estar físico e emocional dos jovens acolhidos nas instituições de acolhimento. Nesse sentido, as instituições analisadas desempenham um papel ativo e essencial ao possibilitar o acesso amplo e articulado aos serviços da rede pública de saúde. Por meio de parcerias sistematizadas com as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os acolhidos têm acesso garantido a serviços básicos e especializados de saúde, como atendimentos com clínicos gerais, ginecologistas e profissionais da saúde mental, além dos profissionais da saúde parceiros não vinculados a rede que se dispõem a ir até as instituições realizar atendimentos gratuitos para os acolhidos.

Ademais, ambas as Casas promovem um ambiente de autocuidado e conscientização por meio de cursos e oficinas de higiene pessoal, autocuidado, organização individual e educação sexual. Essas intervenções têm como objetivo conscientizar os jovens acolhidos sobre a importância da manutenção da saúde física, mental e emocional, bem como desenvolver competências essenciais para a promoção do autocuidado consciente e contínuo. Reforça-se aqui a perspectiva apontada por Carvalho e Cruz (2015), segundo a qual o desenvolvimento da autonomia implica uma ação educativa ampla e integral, capaz de contemplar tanto aspectos formais quanto informais na formação dos indivíduos.

Porque aqui eles já têm uma rotina, né, de ir ao UBS, estão as meninas, fazem consultas com ginecologistas. A gente tem uma pediatra, que é parceira nossa, ela vem toda semana, então, assim, a gente já teve momentos de roda de conversa mesmo, de chamar as adolescentes, de conversar mesmo sobre essa prevenção, esse autocuidado. Então, a gente tem esses momentos, né? (Atena, Casa Gaia)

Vale salientar que essas oficinas de conscientização são realizadas de maneira esporádica e pontual, o que pode prejudicar a efetividade dessas ações. Esses momentos com os jovens podem gerar uma consciência momentânea, mas o aprendizado, para ser consolidado, deve ser feito de forma constante. Piaget (1969), em sua teoria sobre o desenvolvimento e os processos de construção do conhecimento, aponta que o indivíduo está em constante interação com o meio ambiente, a qual resulta em mudanças contínuas, chamadas de adaptação. O ciclo adaptativo permeia dois processos básicos: assimilação e acomodação. A assimilação está relacionada à apropriação mental de conhecimentos, fatos e fenômenos. A acomodação se dá através da reorganização e da modificação dos esquemas assimilativos anteriores a fim de ajustá-los a cada nova experiência, acomodando-os às estruturas mentais já existentes. Isso significa que, para que os jovens possam assimilar e acomodar conhecimentos sobre finanças, saúde, convivência ou trabalho, é necessário que essas temáticas estejam presentes de maneira constante e sistemática em sua rotina.

Quando o desenvolvimento de oficinas, grupos ou atendimentos específicos depende exclusivamente de parcerias externas e da disponibilidade de voluntários, corre-se o risco de interrupções no processo de aprendizado, descontinuidades nos trabalhos e perda de oportunidades educativas para assimilação e acomodação. Por isso, é essencial que os próprios profissionais da instituição — psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e cuidadores — estejam preparados para conduzir, acompanhar e fortalecer esses processos formativos, mesmo na ausência de suporte externo.

A articulação com recursos comunitários e redes locais também permite o acesso a atendimentos psicoterápicos, um elemento indispensável no contexto de medidas de acolhimento, dado que muitas crianças e adolescentes apresentam vulnerabilidades emocionais decorrentes das situações adversas vivenciadas anteriormente (Rêgo & Batista, 2021). Essa integração com a rede externa potencializa o apoio especializado oferecido pela instituição e proporciona aos acolhidos a oportunidade de se beneficiarem de uma assistência integral e continuada. Os participantes apontaram que contam com apoio não só dos Centros de Atenção Psicossocial, mas também de profissionais e estagiários voluntários para o serviço:

A gente também busca parceiros na área de psicologia mesmo para que elas façam psicoterapia, porque é isso, né, são muitas as demandas. O acolhimento, o primeiro emprego, a adolescência, então, é um peso grande que tem, né, sobre esses adolescentes. (Atena, Casa Gaia)

A gente muitas vezes depende de voluntários, por exemplo, a gente tinha um voluntariado com pessoas que estavam nesse lugar de terapeutas, né? Esse grupo de pessoas faz os atendimentos, então a gente faz captação de voluntários para atender as questões de saúde deles. (Orfeu, Casa Olimpo)

O acesso é ainda mais essencial levando em consideração jovens em situação de adicção. O uso de substâncias pode ser considerado uma questão relacionada à situação de vulnerabilidade social, principalmente levando em consideração indivíduos que vivem ameaçados pela instabilidade de suas condições sociais e pela exclusão social. Dessa forma, compreende-se que o uso de drogas está associado a vários fatores, entre eles, à tentativa de manejo do sofrimento, assim como, uma saída de sobrevivência em meio a faltas do cotidiano, bem como as vulnerabilidades (Gomes, 2019).

Então, por exemplo, vários deles fazem uso. Tem a questão, né, qualquer pessoa que vai para um acolhimento a gente pode pensar que tem questões de traumas, de sair de casa, então o acompanhamento no CAPS no CAPS AD, para eles, é essencial, eles serem acompanhados por essa rede. (Orfeu, Casa Olimpo)

No que se refere às habilidades interpessoais e sociais, a instituição prioriza atividades coletivas que favorecem a socialização e promovem a convivência harmoniosa entre os acolhidos. Atividades lúdicas, interativas e espaços de convivência cotidiana, como refeições coletivas, brincadeiras dirigidas e momentos ao ar livre, são parte da rotina institucional. De acordo com Del Valle e Zurita (2000, citado por Oliveira, 2019), tais práticas são essenciais para o desenvolvimento social e emocional equilibrado, pois estimulam habilidades como cooperação, compartilhamento e comunicação, além de contribuir para a construção de identidades sociais.

A gente trabalha pautado pelo que está dentro das questões de acolhimento e no Estatuto da Criança e do Adolescente, então eles tem que poder sair e entrar no momento que eles querem sair e entrar. A gente não pode privar a liberdade deles. (Orfeu, Casa Olimpo)

Além disso, as Casas possibilitam e encorajam o contato contínuo dos acolhidos com suas famílias biológicas, desde que previamente acordado com a equipe técnica responsável. Essa prática vai ao encontro das recomendações do ECA, no sentido de preservar e fortalecer vínculos familiares sempre que possível (Brasil, 1990). Entretanto, cabe ressaltar que, embora as famílias possam visitar os acolhidos e realizar saídas conjuntas, todas essas ações devem ser acordadas previamente com a equipe técnica da instituição, visando sempre assegurar o bem-estar, a segurança e a proteção integral dos jovens acolhidos.

Então a gente traz a família também, porque a gente vê o que essa família também precisa, que a gente pode estar ajudando e inserindo eles na rede. E pensando em uma convivência do acolhido com a família, né? Porque a gente não pode privar eles disso e, sim, incentivar esse contato direto, desde que seja combinado, né? (Atena, Casa Gaia)

Ademais, considerando a iminente saída dos jovens mais velhos da instituição ao completarem a maioridade, é crucial a promoção de ações específicas que os preparem para enfrentar os desafios habitacionais futuros. Tais ações devem incluir orientação detalhada sobre escolha e manutenção de habitações seguras e adequadas, compreensão das responsabilidades associadas à aquisição de imóveis, contratos, garantias, obrigações legais e normas de convivência condominial e comunitária. Também devem ser promovidas atividades informativas sobre acesso e utilização de programas habitacionais e serviços especializados como as Repúblicas Jovens, que constituem uma ponte fundamental na transição para a vida independente (CNAS, 2009).

Além dessas atividades informativas as instituições também desenvolvem ações educativas voltadas à orientação dos adolescentes sobre os benefícios sociais oferecidos pelo governo, promovendo o acesso à informação e a apropriação de direitos fundamentais, como o Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601/2023 (Brasil, 2023), o Auxílio Aluguel e o Auxílio Vulnerabilidade, previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993) e regulamentados no Distrito Federal pelo Decreto nº 41.850/2021 (Distrito Federal, 2021). Além do Vale Gás, conforme a Lei nº 14.237/2021 (Brasil, 2021), o Prato Cheio, implementado no âmbito da política de segurança alimentar do DF (Secretaria de Desenvolvimento Social do DF, 2025), e o Pé-de-Meia, criado pela Lei nº 14.818/2024 como incentivo financeiro-educacional para estudantes do ensino médio da rede pública (Brasil, 2024). Ao inserir esses temas nos atendimentos e orientações práticas, a equipe promove o protagonismo juvenil, estimulando que os adolescentes reconheçam esses benefícios como ferramentas legítimas de apoio à autonomia e à transição à vida adulta.

Por mais que os entrevistados demonstrem empenho em articular a rede e construir soluções individualizadas em prol da promoção da autonomia dos acolhidos, evidencia-se uma realidade estrutural que compromete a efetividades das ações: a fragilidade das políticas públicas e o descaso do poder político com os serviços de acolhimento institucional. Orfeu enfatiza de forma contundente essa limitação ao

afirmar que “a gente trabalha com o mínimo”. Essa expressão, repetida ao longo de sua fala, parece sintetizar a escassez de recursos e a sobrecarga das equipes técnicas, além da ausência de investimentos governamentais. Segundo ele:

Dentro do DF, a realidade é que o nosso governador não tem interesse nenhum no trabalho com as circunstâncias sociais, o que resulta em instituições que operam à margem do apoio estatal, sustentadas quase exclusivamente pela resiliência e criatividade de suas equipes. (Orfeu, Casa Olimpo)

Nessa lógica, a construção da autonomia deixa de ser um direito garantido por políticas públicas efetivas e passa a depender de iniciativas das instituições e articulações improvisadas, muitas vezes mantidas por meio de parcerias pontuais e da boa vontade de profissionais e de voluntários. A responsabilização excessiva das instituições, sem o devido suporte, revela o quanto o discurso da autonomia pode se tornar inefetivo quando deslocado das condições viáveis para tal. Assim, a construção da autonomia, embora desejável e constantemente incentivada, torna-se uma corrida desigual, muitas vezes prejudicada por falta de apoio contínuo e articulado com a rede.

Destaca-se o esforço ativo das instituições em promover estratégias individualizadas pensando em cada um dos acolhidos. Para isso, as Casas falaram que promovem reuniões frequentes de equipe para discutir pautas específicas e para alinhar as estratégias de atuação dentro da instituição. A Casa Olimpo busca até incluir os acolhidos nesses momentos, dando voz e visibilidade para as vontades e interesses dos jovens.

A gente tem que fazer isso, a gente precisa ter esses encontros, falar de cada criança, cada adolescente, para que as cuidadoras e toda a equipe, né, consiga dar um atendimento individual, personalizado, pensando juntos em estratégias (Atena, Casa Gaia)

A gente sempre vai ouvir a opinião deles, só que tem coisas que são regras da institucionais que não dá pra mudar, eles podem falar “quero isso”, “quero aquilo” e a gente vai conversando e vendo o que é possível, mas sempre buscando entender as necessidades de cada criança ou adolescente. (Orfeu, Casa Olimpo)

Os cenários explicitados evidenciam que, para que a autonomia seja de fato promovida de forma personalizada e coletiva, como preveem os marcos legais e normativos, é indispensável um comprometimento institucional mais amplo, que vá além da retórica e alcance a materialização com recursos, políticas intersetoriais e ações estruturadas de longo prazo, implicando os jovens de forma ativa nesse processo. Caso contrário, as estratégias construídas pelas casas de acolhimento se mantêm limitadas ao

esforço local, fragilizadas diante de um sistema que, embora estabeleça diretrizes claras, falha em sustentá-las na prática cotidiana.

### 4.3 O DESAFIO DE PARTIR E A SEGURANÇA DE FICAR

Ao atingirem a maioridade civil, os jovens que não tiveram seus vínculos familiares restabelecidos nem foram encaminhados a uma família substituta devem ser desligados da instituição (BRASIL, 2009) e a garantia dos direitos deixa de ser incumbida pelo ECA e passa a ser assegurado pelos sistemas gerais de proteção social destinados à população adulta, como o SUAS, SUS, Sistemas de Justiça e demais políticas públicas universais. No caso de jovens egressos do acolhimento institucional, existe a recomendação de que programas como o CREAS continuem oferecendo atendimento e acompanhamento pós-desligamento até, no mínimo, os 21 anos (CONANDA, 2006). No entanto, isso não é obrigatório por lei e a cobertura depende da existência de programas específicos ou iniciativas individuais.

Esse momento de transição para a vida independente representa um marco ambivalente: por um lado as expectativas e o anseio de sair; por outro as angústias e medos de ter que enfrentar a vida sozinhos.

Ah, é um misto de sentimentos, né, de tudo, assim, porque é um desejo muito grande de sair desse lugar, mas existe toda uma insegurança, porque esse lugar aqui sempre foi uma zona de conforto deles ali, foi um porto seguro, né, então é um misto de emoções. (Atena, Casa Gaia)

Eles falam muito sobre a vontade de sair e querer sair, uns ficam revoltados que já querem ir embora antes da hora, aí quando faz 18 anos, sai e eles falam “nossa, eu queria ter mais tempo” e isso acontece com muita muita frequência, eu diria que 90% dos casos. (Orfeu, Casa Olimpo)

Orfeu ressaltou que existe um anseio pela liberdade e que a vida em comunidade pode vir a ser “sufocante”. Por terem que dividir o quarto e compartilhar os mesmos ambientes com várias pessoas, os acolhidos não possuem muita privacidade dentro das casas; não tem um espaço privado para ficarem sozinhos quando estão tristes ou simplesmente, quando querem usufruir da própria companhia. Esse fato acaba gerando uma ambição por liberdade. Entretanto, quando saem da instituição, sentem-se desorientados e desacolhidos. A falta de ferramentas para promover a autonomia de forma eficiente e de estratégias para fazer o processo gradual de desligamento, os deixa reféns do sistema, causando uma relação de dependência dos jovens às instituições (Bays, 2019).

É interessante pensar que na cultura brasileira, diferentemente da cultura americana por exemplo, é comum que jovens que completam 18 anos continuem morando com os pais por mais alguns anos ou até longos períodos, assim, não somos preparados para sair de casa no dia em que legalmente somos considerados adultos, só que o mesmo não acontece com pessoas dentro do sistema de acolhimento institucional. Dessa forma, a realidade dessas pessoas acaba sendo muito mais dura, ainda mais se considerarmos o fato de que muitos saem e se encontram em situação de vulnerabilidade: sem emprego, sem um lugar para morar e sem uma rede de apoio sólida para além da instituição. O contato com a dura realidade se torna um fator de risco para os egressos e muitos acabam em situação de rua, passam a usar substâncias ilícitas, acabam se envolvendo com tráfico e eventualmente, sendo encarcerados. Calcing & Benetti (2014) apontam que pessoas em situação de acolhimento institucional apresentam maiores índices de depressão, sentimento de culpa e de desamparo, o que aumenta o risco de envolvimento com drogas e álcool.

Por não possuírem uma rede de apoio fora da casa, os jovens adultos frequentemente retornam à instituição em busca de suporte ou orientação, mesmo que de forma informal. Orfeu apontou que isso é um traço muito forte do trabalho em instituições de acolhimento. Falou sobre o “trabalho infinito, porque você nunca subtrai”. no sentido de que as demandas de atuação estão constantemente aumentando, uma vez que, com a saída dos jovens, entram novos acolhidos na casa, mas que eles não deixam de acompanhar os egressos e, por isso, o trabalho vai se somando constantemente, podendo gerar uma sobrecarga nos profissionais.

O retorno recorrente à instituição por parte dos egressos também revela o forte apego emocional que muitos acolhidos desenvolvem ao longo do tempo. Para jovens que permaneceram anos no acolhimento, a casa torna-se mais do que um espaço de moradia: representa pertencimento, afeto e segurança. Quando a saída ocorre de forma abrupta, sem que haja uma rede externa consolidada, os efeitos emocionais podem ser profundos, manifestando-se em quadros de ansiedade, depressão ou dificuldades de adaptação à vida adulta autônoma. A instituição, nesse contexto, é percebida como um “porto seguro”, e o desligamento é vivenciado como uma ruptura afetiva, e não apenas administrativa.

O maior desafio é o apego que alguns têm com a instituição, porque tem uns que têm muito medo dessa vida lá fora e são muito apegados com o que a gente oferece aqui. (Atena, Casa Gaia)

Nesse cenário, o papel da equipe institucional, principalmente dos psicólogos, torna-se central para garantir não apenas a preparação técnica dos adolescentes, mas também seu preparo psicológico e emocional para a vida adulta. Diversos autores (Nogueira, 2004; Parreira & Justo, 2005; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007) apontam que existem grandes riscos dos acolhidos desenvolverem transtornos emocionais relativos às vivências traumáticas ocorridas ao longo de suas trajetórias de vida. As falas dos profissionais indicam que o trabalho vai muito além de instruções e encaminhamentos, envolvendo o enfrentamento de angústias, frustrações, idealizações e medos por parte dos acolhidos. O acompanhamento emocional contínuo e a criação de vínculos seguros funcionam, muitas vezes, como o único “porto” em meio a um mar de incertezas. Assim, a preocupação em identificar e conhecer as especificidades das demandas de saúde mental desses jovens reflete a necessidade de oferecer um atendimento institucional que responda às vulnerabilidades inerentes ao processo de institucionalização (Calcing & Benetti, 2014).

O desligamento obrigatório aos 18 anos, quando não conduzido de forma planejada e articulada, torna-se um fator de vulnerabilização e não de emancipação. A equipe técnica tenta mitigar esse impacto por meio de ações de desenvolvimento da autonomia, como discutido na categoria anterior e da articulação com a rede e com serviços assistenciais externos.

A gente tenta organizar o máximo a vida lá fora para eles saírem o mais seguros possível, né? [...] enquanto eles estão aqui, a gente encaminha, faz toda a entrada deles na rede, porque aí quando eles saírem, já conseguem receber benefícios e já tem toda essa estrutura na saída. (Atena, Casa Gaia)

É muito interessante porque vira esse trabalho engenhoso assim, né, porque o que a gente não quer é que eles saiam institucionalizados e que o único ponto de referência deles seja a Casa Olimpo, então a gente precisa ensinar pra eles sobre os direitos, sobre autonomia e mostrar o passo a passo pra isso, né, porque não adianta só falar, a gente tem que conseguir fazer essa articulação. (Orfeu, Casa Olimpo)

As instituições buscam desenvolver ações educativas voltadas à orientação dos adolescentes sobre os benefícios sociais oferecidos pelo governo, promovendo o acesso à informação e a apropriação de direitos fundamentais, como o Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601/2023 (Brasil, 2023), o Auxílio Aluguel e o Auxílio Vulnerabilidade, previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993) e

regulamentados no Distrito Federal pelo Decreto nº 41.850/2021 (Distrito Federal, 2021). Além do Vale Gás, conforme a Lei nº 14.237/2021 (Brasil, 2021), o Prato Cheio, implementado no âmbito da política de segurança alimentar do DF (Secretaria de Desenvolvimento Social do DF, 2025), e o Pé-de-Meia, criado pela Lei nº 14.818/2024 como incentivo financeiro-educacional para estudantes do ensino médio da rede pública (Brasil, 2024). Dessa forma, a equipe tenta mostrar que esses benefícios servem como ferramentas legítimas de apoio à autonomia e à transição à vida adulta.

Por mais que os entrevistados demonstrem empenho em articular a rede, evidencia-se uma fragilidade das políticas públicas robustas para uma transição progressiva, o que agrava o sentimento de insegurança e solidão por parte dos egressos. A articulação com a rede de proteção (CREAS, CAPS, UBS) também se mostra limitada. Apesar dos esforços das instituições, é comum a descontinuidade de atendimentos por parte de serviços externos, por estar superlotados ou sob a justificativa de que, estando o jovem em acolhimento, não há “violação atual de direitos”, o que descaracteriza o acompanhamento como prioritário. Tal lógica revela a desconexão entre os princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua efetivação prática, sobrecarregando ainda mais as equipes técnicas, que acabam assumindo funções para além de suas atribuições, numa tentativa de suprir as ausências do Estado.

Essa fragilidade torna-se ainda mais crítica no caso de adolescentes com deficiência intelectual, transtornos mentais ou histórico de uso de substâncias, cujas necessidades extrapolam os modelos padrão de atendimento. Os jovens, muitas vezes, requerem acompanhamento terapêutico contínuo, suporte especializado e maior tempo de permanência em programas de transição, o que não é contemplado pelas diretrizes atuais da política pública de assistência social.

Quando tem algum tipo de transtorno ou deficiência, alguma demanda específica, a gente tem poucos lugares para indicar, então a gente acaba não tendo opções. A gente tinha um menino usuário de drogas que a gente não conseguia ter acesso a um acompanhamento. Não era suficiente. Eu acho que deveriam ter mais projetos, para esse olhar para esses jovens, sabe? (Atena, Casa Gaia)

A gente tem que construir uma rede pra eles, mas tem situações que é muito difícil. Tinha um menino com a gente que tinha questões de saúde mental, deficiência intelectual moderada e ele nunca conseguiu um emprego [...] ele conseguiu construir uma rede comigo, mas hoje não tem essa rede fora, aí muitos ficam me ligando e me procurando (Orfeu, Casa Olimpo)

Conforme afirma Pappámikail (2010), a autonomia só pode ser construída se houver sustentação social e simbólica adequada ao sujeito em seu contexto, o que exige estratégias de cuidado que considerem suas singularidades. A inexistência ou insuficiência de serviços pós-acolhimento voltados especificamente a esse público — como repúblicas inclusivas, programas de autonomia assistida com apoio psicossocial e acompanhamento interdisciplinar — os coloca em risco iminente de vulnerabilidade, institucionalização crônica ou abandono social. Sem uma rede articulada e sem alternativas viáveis, esses jovens ficam suspensos entre o fim do direito à proteção integral da infância e adolescência e a falta de estrutura no sistema para maiores de idade, revelando uma lacuna na efetivação dos direitos humanos e sociais dessa parcela da população.

Diante de todos os elementos discutidos, evidencia-se que para muitos jovens, especialmente aqueles com histórico de institucionalização prolongada, diagnósticos clínicos ou ausência de rede familiar, a saída da instituição configura-se como um ponto de ruptura emocional, social e material, agravado pela escassez de políticas públicas específicas, pela ausência de programas de transição progressiva e pela descontinuidade do cuidado por parte da rede de proteção. O desejo de liberdade, tão presente nos discursos dos acolhidos, se esbarra com a dura realidade e o desejo de sair convive com o medo de desamparo. A atuação das equipes, marcada pela escuta, cuidado e atenção, ainda que essencial, mostra-se insuficiente diante da complexidade das demandas e da ausência de co-responsabilidade estatal.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A autonomia não é apenas a capacidade de agir independentemente, mas também envolve a aquisição de faculdades para superar as fragilidades emocionais, práticas e sociais, superando as vulnerabilidades e, assim, protagonizando a própria vida. A análise dos relatos e das práticas institucionais evidenciam que a construção da autonomia dos jovens é um processo de implicação gradual, contínua e coletiva.

A independência transcorre-se no dia a dia dentro e fora da rotina institucional, onde os jovens são gradativamente estimulados a assumirem responsabilidades práticas e desenvolverem competências necessárias em prol da autonomia, implicando-os nesse processo. Entretanto, para que esse processo seja eficiente, faz-se necessário a construção coletiva e personalizada, que envolve a articulação entre os jovens, a equipe

e a rede de apoio, ainda que, por muitas vezes, fragilizada. A escassez de recursos, a dificuldade de articulação com a rede, a descontinuidade do cuidado, a sobrecarga dos profissionais e a inefetividade da aplicação das políticas públicas limitam o exercício dessas estratégias, fazendo com que as instituições tenham uma atuação desfalcada, limitada e forçosamente criativa para atender às demandas específicas de cada jovem. Os relatos dos profissionais indicam lacunas profundas entre o que está previsto nas políticas públicas e o que é de fato praticado no cotidiano institucional.

De acordo com os participantes, um dos momentos mais críticos na vida dos acolhidos é a transição para a vida adulta e a ruptura provocada pelo desligamento, que por vezes acontece de forma abrupta. Por mais que tenha sido notória a ambivalência entre o desejo de liberdade e o medo da saída, o desamparo forçado que advém da maioridade pode desencadear inseguranças e consequências emocionais significativas para os egressos. Além disso, o apego à instituição apareceu com um ponto que dificulta essa transição. A insuficiência de programas específicos para egressos, sobretudo aqueles com necessidades especiais, reforça lacunas institucionais que comprometem a construção da autonomia. Quando o desligamento acontece sem uma preparação gradual e eficiente, ele não emancipa, mas sim expulsa. Por isso, mais do que um processo legal, a saída deve ser também um processo de cuidado, onde faz-se necessário converter o risco em oportunidade e o acolhimento em autonomia.

Dessa maneira, compreendendo que este estudo teve como objetivo principal investigar como se dá a construção da autonomia e independência dos jovens que moram nas redes de acolhimento, foi possível alcançá-los de maneira satisfatória e observar que o processo acontece de forma gradual, contínua e articulada. A pesquisa permitiu captar as dinâmicas complexas que permeiam a construção coletiva da autonomia, envolvendo tanto o individual e a família como a equipe e a rede.

É importante destacar que, embora o estudo contribua significativamente para a compreensão da construção da autonomia, esta pesquisa não é isenta de limitações. Considerando o viés dos entrevistados, que são profissionais que trabalham nas instituições, é importante reconhecer que suas percepções refletem a visão interna do cotidiano do acolhimento, partindo do lugar de profissional que executa as ações e não a partir da perspectiva direta dos jovens acolhidos. Dessa forma, recomenda-se que estudos futuros busquem incluir a voz dos jovens acolhidos e egressos para melhor

compreender como eles - protagonistas - percebem e vivenciam os fenômenos que permeiam a vida institucionalizada e que influenciam a construção da autonomia.

Em termos práticos, considera-se que este estudo contém uma contribuição valiosa para a psicologia, pois oferece subsídios para compreender melhor as demandas inerentes dos acolhidos. Ao entender como os gêmeos experienciam o processo de diferenciação, a construção de seus próprios caminhos e a constante interdependência emocional, é possível pensar em práticas clínicas específicas que atendam às necessidades desse grupo de maneira sensível e eficaz, respeitando a individualidade de cada um. Para além da atuação clínica, o estudo pode servir como uma ferramenta reflexiva para pais e educadores, oferecendo orientações sobre as melhores formas de lidar com as particularidades dessa vivência, promovendo um ambiente de apoio emocional que favoreça o desenvolvimento saudável e, ao mesmo tempo, valorizando tanto o vínculo fraterno quanto a singularidade e a autonomia dos indivíduos.

Do ponto de vista acadêmico, essa pesquisa assume um papel importante ao evidenciar as lacunas existentes na rede de assistência social voltada para jovens no sistema de acolhimento institucional, convocando a uma reflexão acerca dos desafios e limites da atuação. Buscou-se fortalecer a luta pela eficiência das políticas públicas, bem como a luta pela valorização dos profissionais que atuam nessa área, promovendo visibilidade para as práticas, muitas vezes, invisíveis do trabalho de cuidado desenvolvido pela equipe. No âmbito social, a pesquisa denuncia a urgência de repensar os mecanismos atuais de proteção e emancipação, apontando para a exigência de uma atuação que seja capaz de dialogar com as necessidades individuais do sujeito acolhido.

## REFERÊNCIAS

Araújo, L. F. S. et. al. (2013). Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. Revista Brasileira Pesquisa Saúde, p. 53-61.

Barbosa, P. V., & Wagner, A. (2013). A autonomia na adolescência: Revisando conceitos, modelos e variáveis. Estudos de Psicologia (Natal), 18, 649-658.

Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Edições 70. Lisboa.

BAYS, Ingrid. A educação social e a autonomia de adolescentes em medida protetiva: uma concepção freireana no acolhimento institucional. 2019.

Brasil. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília.

\_\_\_\_\_. Lei no 8.069 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília 1990.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

\_\_\_\_\_. Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021. Institui o Programa Gás dos Brasileiros. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o novo Programa Bolsa Família. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui o Programa Pé-de-Meia, incentivo financeiro-educacional para estudantes do ensino médio público. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Resolução nº 145. Brasília 2004.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 145, de 15 de outubro de 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente / Conselho Nacional de Assistência Social. Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília 2008.

\_\_\_\_\_. Tipificação de Serviços Socioassistenciais Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome. Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009b. Brasília, Governo Federal, 2009b.

Caixa Econômica Federal. Auxílio Gás. Brasília: CAIXA, 2023. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxiliosgas>. Acesso em: 18 abr. 2025.

Calcing, Jordana; BENETTI, Silvia Pereira. Caracterização da saúde mental em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Psico*, v. 45, n. 4, pág. 559-567, 2014.

Cancujo, S. (2023). Percepções das equipas Técnica e Educativa sobre autonomia em Casas de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens (Tese de Doutoramento). Instituto Superior de Serviço Social de Porto. Portugal.

Carneiro, R. (2005). Casa Pia de Lisboa. Um Projecto de Esperança: as estratégias de acolhimento das crianças em risco – relatório final. Cascais: Principia.

Carvalho, M.J.L., & Cruz, H. (2015). Promoção da autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição. *Autonomia. Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*, 4-15.

Cavalcante, L.I.C.; Magalhães, C.M.C.; Pontes, F. A. R. Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, 25, 20-34, 2007.

Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo. XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia, Brasília.

Dias, M., & Fontaine, A. (2001). *Tarefas Desenvolvimentais e Bem-estar dos Jovens Universitários*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Distrito Federal. Decreto nº 41.850, de 27 de janeiro de 2021. Regulamenta a concessão de benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social do Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF, 27 jan. 2021.

Gomes, J. C.. Articulação do cuidado a crianças e adolescentes usuários de drogas: estudo de caso em uma Unidade de Acolhimento. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia em Saúde e Desenvolvimento) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Pret.

Gomes, R. V. (2022). Pobreza (não) é motivo de acolhimento: um panorama do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Distrito Federal. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, 4(3).

Lemos, S. D. C. A., Gechele, H. H. L., & Andrade, J. V. D. (2017). Os vínculos afetivos no contexto de acolhimento institucional: um estudo de campo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, e3334.

Lourenço, A. (2014). Avaliação do Projeto “Casa de Pré-Autonomia” desenvolvido com jovens institucionalizados (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

Mendes, A. R. L. (2020) O Acolhimento Institucional Prolongado e a Integração dos Adolescentes Não Adotados na Sociedade (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Direito. Universidade Católica de Salvador, Salvador.

Minayo, M. C. S. (2009). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 28a edição. Vozes.

Ministério da Educação (Mec). Programa Pé-de-Meia. Brasília: MEC, 2024. Disponível em:  
<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/mec-lanca-programa-pe-de-meia>. Acesso em: 18 abr. 2025.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família E Combate À Fome (MDS). Programa Bolsa Família. Brasília: MDS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 18 abr. 2025.

Ministério do Desenvolvimento Social (2018). Orientações Técnicas Para Elaboração Do Plano Individual De Atendimento (Pia) De Crianças E Adolescentes Em Serviços De Acolhimento. Brasília - DF.  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/OrientacoestecnicasparaelaboracaodoPIA.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/OrientacoestecnicasparaelaboracaodoPIA.pdf).

Nogueira, P.C. A criança em situação de abrigo: Reparação ou re-abandono. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2004.

Oliveira, S. Promoção de autonomia em jovens institucionalizados: percepções dos profissionais de casas de acolhimento residencial. 2019. Dissertação de Mestrado. Instituto Politecnico de Viseu (Portugal).

Pappámikail, Lia – Juventude(s), autonomia e Sociologia, Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, 2010, pág. 395-410.

Parreira, S.M.C.P.; Justo, Js A criança abrigada: Considerações acerca do sentido da filiação. Revista Psicologia e Estudo, v. 10, p. 175-180, 2005.

Piovesan, A., & Temporini, E. R. (1995). Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. Revista de saúde pública, 29, 318-325.

Pires, S. A. D. C. (2011). A promoção da autonomia em jovens institucionalizadas (Doctoral dissertation, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação).

Raymond, M. T. (1999). Considerações acerca das perturbações do pensamento dos adolescentes. Infância e Juventude, 1, 9-112.

Reis, S. P. R. O. (2009). O acolhimento institucional de crianças e adolescentes e a garantia de direitos no Distrito Federal.

Rêgo, M.; Batista, K. A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO:: DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO. Revista Gênero e Interdisciplinaridade, v. 2, n. 04, 2021.

Rizzini, I.; Pereira, L. & Thapliyal, N.(2008). Percepções e experiências de participação de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. Revista Katálisis, Florianópolis V. 10, n.º 2, 164-177.

Secretaria De Desenvolvimento Social Do Distrito Federal. Programa Prato Cheio. Disponível em: <http://www.sedes.df.gov.br/prato-cheio/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

Silva, A.V. (s.d.). Grupo Aconchego promove ações que fomentam a autonomia de jovens acolhidos em abrigos. Blog Aconchego. link: <https://www.aconchegodf.org.br/grupo-aconchego-promove-acoes-que-fomentam-a-autonomia-de-jovens-acolhidos-em-abrigos/>

Souto, M. B. G. D. (2021). Dezoito anos: o encontro com o vazio pós acolhimento institucional (Tese de Doutorado). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro.

Terrence, A. Williams, L. (2012). An approach to life skills group work with independent living: theoretical practice and operational considerations. Residential treatment for children & youth, 19(4), 324-342

Trivinos, A. N. S. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. Atlas, São Paulo.

Vicente, B. (2009). Desenvolvimento da Autonomia Sustentada de Jovens provenientes de Acolhimento Institucional: Projeto para o Desenvolvimento de Competências Emocionais e Operacionais para a Independências. (Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa).

## APÊNDICE A - Entrevista semiestruturada

1. O que é promoção de autonomia para vocês?
2. Como vocês trabalham a construção da autonomia dos acolhidos?
3. Quais habilidades e competências são prioritárias para ajudar os jovens a se tornarem independentes ao saírem da instituição?
4. Você pode descrever algum programa ou iniciativa que a casa/ o projeto adota para trabalhar essas questões? Quais têm sido mais ou menos eficazes, na sua opinião?
5. Quais são os maiores desafios que vocês enfrentam nesse processo?
6. Qual o seu papel (de acordo com o seu cargo) nesse processo?
7. Como os profissionais colaboram nesse processo? As responsabilidades são divididas e separadas entre a equipe?
8. Como é feita a capacitação da equipe para trabalhar as questões da autonomia nos jovens?
9. Você sente que a equipe tem a capacitação adequada para lidar com as demandas emocionais e práticas da promoção de autonomia? Se não, quais áreas você acredita que necessitam de mais suporte?
10. Como as políticas públicas implementadas na instituição têm influenciado a promoção da autonomia dos jovens?
11. Existem políticas públicas que você considera insuficientes ou ineficazes? Se sim, por quê?
12. Como os jovens são incluídos no processo de criação ou planejamento dessas atividades?
13. Como você avalia a preparação dos jovens próximos de completar 18 anos para sua transição para a vida fora da instituição?

## ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### **“A Construção da Autonomia em Redes de Acolhimento Institucional do Distrito Federal”**

**Instituição do/a ou dos/(as) pesquisadores(as)/Instituição Proponente: Uniceub**

**Pesquisador(a) responsável: Leonardo Cavalcanti de Araújo Mello**

**Pesquisador(a) assistente: Bruna Neves Cavadas**

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma via do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

#### **Natureza e objetivos do estudo**

- Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem o(s) objetivo(s) compreender como se dá a construção da autonomia e independência dos jovens que moram nas casas de acolhimento do Distrito Federal.

#### **Procedimentos do estudo**

- Sua participação consiste em participar de entrevistas e encontros com os pesquisadores que ocorreram entre as datas de 01/09/2024 a 30/08/2025.
- O/os procedimento(s) consistem em entrevistas semiestruturadas e diário de campo.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada em um ambiente que for conveniente para o participante.

#### **Riscos e benefícios**

- Este estudo possui baixo potencial de risco. Os riscos se referem ao fato de que o participante pode entrar em contato com afetos e emoções, que podem levar a um desconforto emocional.
- Considerando os riscos potenciais deste estudo, caso seja necessário, será garantido o direito à assistência (imediata, integral e sem ônus) ao participante, devido a danos decorrentes da participação na pesquisa e pelo tempo que for necessário (Resolução CNS nº 466 de 2012, itens II.3.1 e II.3.2).
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo, ou poderá interromper sua participação a qualquer momento.
- Com sua participação nesta pesquisa você oferecerá contribuições importantes para aprofundar o entendimento sobre a construção da autonomia dos jovens nas redes de acolhimento do Distrito Federal, fornecendo insights valiosos sobre as políticas públicas, programas e atividades que promovem ou limitam a autonomia dos jovens acolhidos. Além disso, as contribuições permitirão identificar lacunas nas práticas atuais e propor melhorias que possam influenciar positivamente a qualidade de vida e

a independência desses jovens, enriquecendo o campo acadêmico com evidências empíricas e práticas inovadoras no contexto de acolhimento institucional.

#### **Participação, recusa e direito de se retirar do estudo**

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

#### **Confidencialidade**

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados ficarão guardados sob a responsabilidade de Bruna Neves Cavadas com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966-1511 ou pelo e-mail [cep.uniceub@uniceub.br](mailto:cep.uniceub@uniceub.br). O horário de atendimento do CEP-UniCEUB é de segunda a quinta: 09h30 às 12h30 e 14h30 às 18h30.

O CEP é um grupo de profissionais de várias áreas do conhecimento e da comunidade, autônomo, de relevância pública, que tem o propósito de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Ao assinar abaixo, você confirma que leu as afirmações contidas neste termo de consentimento, que foram explicados os procedimentos do estudo, que teve a oportunidade de fazer perguntas, que está satisfeito com as explicações fornecidas e que decidiu participar voluntariamente deste estudo. Uma via será entregue a você e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

Caso tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa, incluindo os danos possíveis, entre em contato com o pesquisador responsável Leonardo Cavalcanti de Araújo Mello, no telefone (61) 982707822 ou pelo e-mail [leonardo.mello@ceub.edu.br](mailto:leonardo.mello@ceub.edu.br), e com a pesquisadora assistente Bruna Neves Cavadas pelo telefone (61)981646690 ou pelo e-mail [bruna.nc@sempreceub.com](mailto:bruna.nc@sempreceub.com).

## **ANEXO B - Termo de Aceite Institucional e Infraestrutura**

Eu, Leonardo Cavalcante de Araújo Mello, responsável pela pesquisa “A Construção da Autonomia em Redes de Acolhimento Institucional do Distrito Federal”, junto com a aluna Bruna Neves Cavadas solicitamos autorização para desenvolvê-la nesta instituição, no período de 01/09/2024 à 30/08/2025. O estudo tem como objetivo compreender como se dá a construção da autonomia e independência dos jovens que moram nas casas de acolhimento do Distrito Federal; será realizado por meio de entrevistas semiestruturadas e diário de campo e terá até 2 participantes da instituição, podendo ser psicólogos, assistentes sociais ou outros funcionários que tenham contato com os acolhidos e que contribuam com a promoção da autonomia deles.

Declaro que a pesquisa ocorrerá em consonância com as das Resoluções CNS nº 466/2012, nº 510/2016 e suas complementares, que regulamentam as diretrizes éticas para as pesquisas que envolvem a participação de seres humanos, ressaltando que a coleta de dados e/ou informações somente será iniciada após a aprovação da pesquisa por parte do Comitê de Ética em Pesquisa do UniCEUB (CEP-UniCEUB).

## ANEXO C - Parecer Consubstanciado do CEP

### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A Construção da Autonomia em Redes de Acolhimento Institucional do Distrito Federal

**Pesquisador:** LEONARDO CAVALCANTE DE ARAUJO MELLO

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 83544924.2.0000.0023

**Instituição Proponente:** Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 7.255.762

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PICprojeto.pdf	22/11/2024 12:01:31	Gleisse Ribeiro Alves	Aceito
Outros	entrevista.docx	22/11/2024 12:01:06	Gleisse Ribeiro Alves	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2421718.pdf	25/09/2024 08:09:25		Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoAssinada.pdf	25/09/2024 08:09:10	Bruna Neves Cavadas	Aceito
Outros	Termo_de_aceite.docx	16/09/2024 14:39:11	Bruna Neves Cavadas	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PIC_projeto.pdf	16/09/2024 14:36:03	Bruna Neves Cavadas	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	16/09/2024 14:31:42	Bruna Neves Cavadas	Aceito